

BRUNO SENA MARTINS

*Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*

**A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA  
NA DEMOCRATIZAÇÃO DA HISTÓRIA:  
CORPOS, SUBJETIVIDADES E VIOLÊNCIAS**

**Introdução**

No âmbito deste texto, procuramos enfatizar a atualidade da violência colonial a partir experiência de Portugal enquanto um império colonial em África, nas décadas de 1960 e 1970. Em particular, procuramos centrar-nos na Guerra Colonial (1961-1974) a partir de alguns dos seus protagonistas vivos, os Deficientes das Forças Armadas, veteranos de guerra que combateram por Portugal e que regressam à “metrópole” após finda a guerra. Neste movimento, exploramos dois tipos de paradoxos. O primeiro diz respeito ao modo como expomos a força e atualidade da violência colonial a partir de sujeitos improváveis, não as vítimas negras do colonialismo, mas os soldados brancos que estiveram ao serviço de uma força militar colonial. O segundo corresponde ao modo como nos sujeitos que adquiriram deficiência e que, que reclamarem os seus direitos como cidadãos portugueses, expõem a violência colonial que dividiu e continua a dividir o mundo entre cidadãos metropolitanos e cidadãos colonizados. Num fôlego tão anacrónico como absurdo, a Guerra Colonial pode ser entendida como o corolário da violência perpetrada pelo projeto colonial que o Estado Português promoveu. O facto de muitos dos contornos e misérias dessa guerra permanecerem desconhecidos no espaço público português – assim como no Norte global – constitui, em larga medida, um indicador do “silêncio colonial” em que assenta a nossa conceção de direitos.

Refletindo sobre a história e sobre o arquivo, Marc Bloch lembra que várias sociedades praticaram aquilo a que poderíamos chamar “bilinguismo hierárquico” (2010, p. 135). Este consiste na coexistência de duas línguas, uma popular e outra de estudo; a primeira usada para pensar e falar, a segunda usada sobretudo na escrita. Dos vários exemplos que Bloch refere, destacaríamos o modo como os evangelistas registaram em grego conversas que terão acontecido em aramaico, ou o modo como o latim foi usado na idade média como a língua em que ficavam registados os procedimentos administrativos e as narrativas relevantes. Esta coexistência hierárquica, alega Bloch, implica que os escribas criem arquivo ao mesmo tempo que procedam a uma transposição entre línguas – se quisermos, diria, uma transposição entre a língua da experiência e a língua oficial (mais afim da história oficial). Sabendo-se que a língua do arquivo é aquela que melhor resiste ao tempo, percebe-se, portanto, o aporismo que se coloca ao historiador: uma sociedade conhecida através dos registos escritos será inevitavelmente enviesada ao olhar do historiador, pelo véu que resulta da transposição entre duas línguas (ibidem, p. 136).

Partindo das cogitações em torno da língua e do arquivo histórico, poderemos extrapolar o “bilinguismo hierárquico” para falar de sistemas de significado que coexistem numa mesma sociedade numa desigual relação de poder, ou seja, com diferente capacidade de definirem a memória social. Esta relação interessa-me, neste particular, para refletir sobre o lugar da Guerra Colonial portuguesa (1961-1974) nas narrativas que têm marcado a reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa. Assim, identificamos um sistema de significado dominante no qual, durante décadas, a Guerra Colonial, foi ostensivamente apagada, silenciada e empurrada para o esquecimento. Este sistema de significado é aquele que se concerta com as representações míticas sobre a identidade portuguesa, nomeadamente a prevalecente ideia de Portugal como uma potência colonial não violenta ou como um país de brandos costumes. Identificamos outro sistema de significado, subalterno na sociedade portuguesa, em que a Guerra Colonial emerge não só como um facto incontornável da história recente de Portugal, mas como um facto que persiste marcando uma paisagem social no presente. Este sistema

de significado será convocado a partir das experiências e relatos de ex-combatentes, veteranos de guerra que, tendo adquirido deficiência ao serviço do exército português, regressaram à “metrópole” com duradouras marcas – biográficas, psicológicas e corpóreas – da Guerra Colonial. O contraponto que estabelecemos entre o apagamento da guerra da memória social e a sua presença silenciada no tecido social, mais do que assinalar uma disjunção entre “língua oficial” e a “língua da experiência”, procura perceber como a ausência de uma memória social partilhada sobre a guerra – ao nível das representações sociais dominantes – afeta a experiência dos que a viveram e por ela foram marcados. Assim, a “língua da experiência” confronta-nos com a incomunicabilidade e com os termos em que a experiência é “isolada” na memória individual.

### **Formações Imperiais da história**

O longo tempo colonial, encetado pela expansão europeia, que definiu o sistema-mundo moderno (Wallerstein, 1974) permanece bem vivo, apesar dos processos independentistas anticoloniais que marcaram os séculos XIX e XX. Essa persistência manifesta-se mormente em duas dimensões: primeiro, na continuada situação de subalternidade e precariedade das populações outrora colonizadas; segundo, na relação de interdependência económica que – bem ao contrário do que as teorias desenvolvimentistas alegam – faz da existência de uma oposição entre Norte e Sul, o local e o global, uma condição para as lógicas de acumulação do neoliberalismo.

Tanto a subalternidade como a interdependência económica promovem um quadro epistemológico que continuamente desqualifica as experiências e saberes das populações que foram objeto da dominação colonial. Podemos falar, assim, de pujantes legados coloniais ou “de formações imperiais”, recorrendo à linguagem de Ann Laura Stoler:

As formações imperiais são relações de força. Elas abrigam formas políticas que perduram além das exclusões formais que legislam contra a igualdade de oportunidades, dignidades comensuráveis e direitos iguais. Ao trabalhar

com o conceito de formações imperiais em vez de império, a ênfase desloca-se das formas fixas de soberania e suas negações para formas gradativas de soberania e para o que tem marcado longamente as tecnologias de domínio imperial – escalas deslizantes e contestadas de direitos diferenciados. As formações imperiais são definidas por relações racializadas de alocações e apropriações (Stoler, 2008: p. 193).

A noção de formações imperiais pretende colocar o enfoque seja nos termos que a dominação imperial sempre assume, seja nas muitas ruínas – heranças coloniais – que permanecem vivas no presente, assombrando o futuro (Stoler, 2008: 194).

As formações imperiais sintonizam-nos para uma disposição epistemológica bem captada na ideia de Boaventura de Sousa Santos quando preconiza a necessidade de se “*aprender com o sul*” como forma de superação da razão metonímica que a modernidade ocidental abraçou,

“a razão metonímica [é aquela] que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima” (Santos, 2002: 240).

Trata-se, no fundo, de confrontar criticamente a sobranceria civilizadora em que assentou muito do discurso colonial e que ainda define muito da relação do Ocidente com o resto do mundo. Nisto reside o imenso desafio colocado às ciências sociais no confronto com as experiências, conhecimentos e valores de populações e sujeitos oprimidos, desqualificados e silenciados à luz das relações coloniais: historicizar percursos sem os congelar no passado; reconhecer saberes e identidades sem negligenciar o quanto foi erradicado pelo colonialismo, o quanto foi constituído como resistência anticolonial e o quanto se hibridou com a cultura do colonizador; e, finalmente, assumir que as ciências sociais precisam de ser descolonizadas, na medida em que assentam nas prerrogativas e nos privilégios científicos fundados na hegemonia global do paradigma económico e cultural da modernidade ocidental.

Distinguimos, assim, a colonialismo enquanto processo político e militar, largamente destituído pelas lutas anti-coloniais, do colonialismo como a a marca histórica deixada pelo encontro colonial, uma relação de dominação cultural, económica e política que se perpetuou noutros termos no período pós-colonial. Conforme Robert Young descreve,

O pós-colonial não privilegia o colonial. Está interessado na história colonial apenas na medida em que em essa história tem determinado as configurações e estruturas de poder do presente, na medida em que grande parte do mundo ainda vive as violentas erupções do seu despertar, e na medida em que os movimentos de libertação anticolonial permanecem fonte de inspiração da sua política. (2001: p. 4).

Trata-se, no fundo, de confrontar criticamente a sobrançeria civilizadora em que assentou muito do discurso colonial e que ainda define muito da relação do Ocidente com o resto do mundo. Nisto reside o imenso desafio colocado às ciências sociais no confronto com as experiências, conhecimentos e valores de sujeitos e populações oprimidos, desqualificados e silenciados à luz das relações coloniais: historicizar percursos sem os congelar no passado; reconhecer saberes e identidades sem negligenciar o quanto foi erradicado pelo colonialismo, o quanto foi constituído ora como resistência anticolonial e o quanto se hibridou com a cultura do colonizador; e, finalmente, assumir que as ciências sociais precisam de ser descolonizadas na medida em que assentam nos privilégios e nas prerrogativas científicas fundados na hegemonia global do paradigma económico e cultural da modernidade ocidental.

## **A Guerra Colonial e o 25 de Abril**

A importância histórica e o impacto social da Guerra Colonial portuguesa, são irrefutáveis. Numa altura em que a vaga de independências percorria o continente africano, a ditadura portuguesa, liderada por António de Oliveira Salazar (de 1932 a 1968) e por Marcelo Caetano (1968-

1974), recusando abrir mão das colónias africanas, encetou um conflito que durou 13 longos anos. Embora singular, enquanto materialização de um apego colonial anacrónico a territórios reivindicados como pátrios, a Guerra Colonial portuguesa tem fortes semelhanças de família com Guerra da Argélia, decorrida entre 1954 e 1962.

A Guerra Colonial<sup>1</sup> constitui um momento fundador da realidade sociopolítica do Portugal contemporâneo. Desde logo, porque a transição democrática encetada com o 25 de Abril está intimamente ligada ao conflito que entre 1961 e 1974 opôs as Forças Armadas portuguesas aos movimentos independentistas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Na verdade, a revolução que em 25 de Abril de 1974 foi levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas resulta em grande medida do desgaste produzido pelo arrastamento da guerra. Estamos perante um conflito com profundas consequências humanas, pelas marcas deixadas nos combatentes dos diferentes lados da contenda, cujas vidas foram significativamente atravessadas pela experiência da guerra, e pelas incontáveis vítimas civis, sujeitas que foram a massacres, deslocamentos forçados e a violências de toda a sorte.

A magnitude do impacto da Guerra Colonial traduz-se, face à dimensão e recursos de Portugal, de várias formas. Em primeiro lugar, pela existência de três frentes de combate – Angola, Guiné-Bissau e Moçambique –, distantes de Lisboa e distantes entre si.<sup>2</sup> Em segundo lugar, traduz-se no elevado número de homens que foram colocados ao serviço da manu-

---

<sup>1</sup> Tendo em conta que o mesmo conflito é diferentemente designado ora como Guerra Colonial ora como Guerra de Libertação, consoante o lado da contenda que o evoca, optaremos aqui pela primeira designação de “Guerra Colonial”, em conformidade com o campo de análise sobre o qual nos debruçamos: a sociedade portuguesa.

<sup>2</sup> “Angola, cenário da acção inicial em 1961, localiza-se na costa sudoeste de África. Luanda, a principal cidade e porto de reabastecimento, dista, por via aérea, aproximadamente 7 300 quilómetros de Lisboa. A Guiné, local do segundo levantamento, a partir de Janeiro de 1963, localiza-se na costa oeste-africana, a cerca de 3 400 quilómetros por via aérea. Moçambique, palco da terceira revolta, em Setembro de 1964, e o seu principal aeródromo de reabastecimento, na Beira, encontram-se a 10 300 quilómetros de Lisboa. Estas distâncias agigantavam o problema logístico e provocavam um desgaste enorme nos meios de transporte (...)” (Cann, 2005, p.24).

tenção do império colonial, tanto através de recrutamento na metrópole, como por via de recrutamento local nas colónias:<sup>3</sup>

Desde o fim de 1961 até 1974, o número de pessoal do Exército em África aumentou de 49 422 para 149 090, representando uma taxa anual média de crescimento de cerca de 11 por cento. [...] Portugal foi forçado a mobilizar cerca de 1 por cento da sua população para combater em África e não podia simplesmente manter esta drenagem nacional de pessoal. Numa base percentual, tinha mais homens em armas do que qualquer outro país, à excepção de Israel. (Cann, 2005, p. 109, 126)

Assim, resulta desconcertante perceber o lugar residual que a Guerra Colonial ocupa no senso comum produzido e reproduzido sobre o que sejam a história recente e a identidade portuguesas ou, mais amplamente, sobre o profundo impacto do ciclo colonial no tecido social português.<sup>4</sup> Neste texto, auscultando os homens que viveram e fizeram a guerra, em particular os que ficaram marcados por uma deficiência no seu curso, refletimos sobre o lugar que a violência colonial ocupa na memória e na experiência social em Portugal.

Assumimos uma perspetiva que, incidindo mormente na experiência dos “Deficientes das Forças Armadas” (DFA) que regressaram a Portugal após a Guerra, se encontra situada por um análogo trabalho de recolha junto dos combatentes africanos residentes em Moçambique, tanto os que lutaram pela independência de Moçambique (combatentes da Luta de Libertação Nacional), como aqueles que, tendo feito parte do Exército português, após a guerra cumularam à deficiência o estigma da traição. Não sendo este o espaço para analisar a singularidade de cada um destes percursos, cabe sublinhar que os diferentes lados do pós-guerra se

---

<sup>3</sup> Conforme refere Carlos Matos Gomes, aquando do final da Guerra Colonial, “dos cerca de 170 mil homens nos três teatros de operações, cerca de 83 mil eram de recrutamento local, o que representa aproximadamente 48%” (2013, p.127).

<sup>4</sup> Dado bem evidente no importante contingente de populações brancas instaladas nas colónias – sobretudo nas colónias de povoamento, Angola e Moçambique – ou na magnitude da vaga migratória dos ditos retornados, após o 25 de Abril (cf. Castelo, 2007; Meneses e Gomes, 2013).

inscreveram em processos histórico-políticos sumamente distintos.<sup>5</sup> Por exemplo, no que à contextualização narrativa da deficiência diz respeito, é suficientemente ilustrativo percebermos como nas histórias dos ex-combatentes da FRELIMO a deficiência surge como signo de um sacrifício conducente à conquista da autodeterminação e ao fim do jugo colonial, como um signo de uma narrativa heroica do sangue fundador de uma nação independente (ainda que o devido reconhecimento político desse sacrifício seja um ponto de acesa controvérsia). Num tal quadro, em que a Guerra ganha o nome de “Luta de Libertação Nacional”, a relação entre deficiência, memória social e narrativa pessoal encontra-se constituída em termos muito diversos daqueles que são oferecidos pela realidade portuguesa. Neste texto, centramo-nos no contexto português para analisar a persistência de uma construção “ainda colonial” nos próprios mecanismos que, no presente, fazem da violência colonial algo suficientemente longínquo ou insignificante para que se minorize ou denegue.

## **Os deficientes das Forças Armadas**

Não é difícil supor as enormes repercussões de um conflito em que o Exército português terá mobilizado mais de um milhão de homens ao longo de 13 anos, em que terão morrido 8290 soldados, e em que o número de combatentes que adquiriram deficiências permanentes (físicas e psicológicas) se estima nas muitas dezenas de milhar (ADFA, 1999).

Nenhuma instância materializa tão bem o abandono e exclusão social vividos pelos DFA como o invariável espaço de moratória destes ex-combatentes no seu regresso da guerra: o Hospital Militar, em Lisboa.

---

<sup>5</sup> Desde logo, porque enquanto Portugal pôde usufruir da paz, em Angola e Moçambique tiveram lugar as novas guerras, marcadas por um elevado grau de violência, que se repercutiria fortemente sobre as populações. As ditas guerras civis de Moçambique e Angola acabariam por se arrastar no tempo e só chegariam ao seu termo, respetivamente, em 1992 e 2002. Como refere João Paulo Borges Coelho: “[...] a guerra colonial foi muito mais que um mero conflito de ocupação datado dentro das balizas cronológicas que normalmente lhe são atribuídas, induzindo, pelo contrário, sobretudo na sua fase final após 1968, uma militarização da sociedade que nos dá razões para afirmar que por trás desse conflito se escondia já o germe de um conflito civil” (2003, p. 176-177).

Como a gravidade das situações clínicas o justificasse, ou porque o acesso a cuidados médicos fosse escasso, era tal a quantidade de feridos face às estruturas de resposta, que muitos DFA ficavam longo tempo, às vezes anos, no hospital militar de Lisboa. A toponímia de algumas das valências do hospital é esclarecedora. O designado “Depósito de Indisponíveis”<sup>6</sup> exprime bem a sensação de abandono expressa por muitos dos ex-combatentes que ali viveram (sentindo que ali foram literalmente depositados); já o “Texas”, designação informal popularizada do anexo do Hospital Militar Principal,<sup>7</sup> refere o ambiente de caos e desordem generalizada (qual *Far-West*) que se vivia.

As histórias de desamparo vividas no Hospital Militar cruzam-se com muitos relatos de vidas de álcool e prostitutas na noite de Lisboa, achadas por muitos daqueles que estavam em condição de sair como a única “terapia” realmente acessível. Neste contexto, os DFA foram igualmente sujeitos a uma lógica deliberada de invisibilização, estratégia que o regime ditatorial usou para minorar o impacto das sequelas da guerra na sociedade portuguesa, tanto no que se refere aos mortos como aos feridos. Por exemplo, as urnas com os soldados mortos eram sempre tiradas dos barcos de noite, sendo depois transportadas de modo discreto para as suas comunidades de origem (Maurício, 1994; Antunes, 1996).

Num certo sentido, a invisibilidade e abandono a que os DFA foram sujeitos logo após a guerra, no Hospital Militar, prefigura a exclusão que viriam a sofrer no Portugal democrático. Estamos perante uma liminaridade perpetuada pelo encontro de duas formas de exclusão: a descontinuidade imposta pela experiência de deslocalização produzida pela Guerra Colonial e a marca vivencial imposta pela deficiência. No entanto, o Hospital Militar é, igualmente, o espaço de capacitação e resistência. Foi lá que germinou a ideia de criação de uma associação que, após o 25 de Abril, se viria a substanciar na Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA). Estamos perante a *communitas* de que nos fala Victor Turner

---

<sup>6</sup> Situado no Largo da Graça.

<sup>7</sup> Situado na Rua da Artilharia 1.

(1967), o laço de solidariedade horizontal criado por sujeitos liminares colocados à margem da sociedade:

Fui para a cirurgia de oficiais, na Estrela. No hospital militar da Estrela, onde vou encontrar oficiais amputados, de pernas, de braços. A cirurgia de sargentos era mesmo ao lado, onde eu vejo passar furriéis amputados dos braços, paraplégicos, tetraplégicos, cadeira de rodas... Na oficina de oficiais, na liga dos tetraplégicos... No quarto ao lado do meu estava um cadete tetraplégico, mais um alferes paraplégico, e eu disse assim “alto lá! Isto é de facto o mundo a que eu pertença agora! Mas é um mundo habitado!” Eu já não estou sozinho nesse mundo, não é? Há por aqui outras pessoas! [...] As pessoas, apesar de tudo, viviam! Não é? Viviam, e brincavam, e contavam anedotas e... enfim, e eu comecei a entrar nesse mundo também, não é? E a viver! E a viver. Digamos que isto é um mundo fechado. É um mundo de pessoas com ferimentos graves, profundos. E com deficiências profundas. O pessoal hospitalar, desde os médicos aos auxiliares, passando pelo pessoal de enfermagem, lidava connosco de uma forma humana, não é? De uma forma, enfim, encorajadora até. Pronto, era aquele mundo. Mas quando saio da Cirurgia de Oficiais e vou para a Medicina de Oficiais, para o edifício principal da Estrela, daí passo a sair. Portanto, enfim, já não precisava de estar... já não estava acamado, já não precisava de estar... (Mariano, entrevista pessoal)

Esta partilhada experiência de abandono, de falta de cuidados médicos, de compensações, de horizontes de reinserção social, efervesceu como revolta no Hospital Militar de Lisboa e seria materializada na Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), criada em 14 de maio de 1974.

Após o 25 de Abril, face à continuada negligência que os deficientes de guerra vinham percebendo, a ADFA cresce da convicção de que a revolução não alterara a negligência do poder político. Tratava-se, pois, da luta pela inscrição de uma nova agenda reivindicativa num clima revolucionário em que expectativas exaltantes em relação ao futuro estabeleceram uma ordem social pouco afeita à memória da guerra.

De facto, a evocação de momentos de conflito, em que o voo pelo passado carrega igualmente complexos processos de atribuição de sen-

tido ou imputação de culpa, tende a criar resistências à evocação que, no limite, sustêm a ordem social (Connerton, 1989; LaCapra, 2001; Barkan, 2001). Como refere Ian Hacking, a elisão da guerra é um mecanismo muito comum: “As nações proverbialmente gostam de esquecer os estilhaços das suas guerras passadas” (Hacking, 1996, p. 78). No entanto, para que possamos perceber como operam estes processos de esquecimento, importa reconhecer de que modos tais “estilhaços” são inscritos nas histórias particulares que os ocultam. No caso de Portugal, tanto quanto perceber os mecanismos que durante a ditadura justificaram a guerra, ao mesmo tempo que minimizavam a sua real dimensão, cabe entender de que forma o 25 de Abril veio a consagrar tal conflito como inexistente ou de escusada memória.

No entanto, seja para os civis que sofreram as suas consequências, seja para aqueles ex-combatentes mais fortemente afetados pelas consequências da guerra – como é o proverbial caso dos DFA – esse desejo avultava como uma radical impossibilidade, tal o manto com que a violência da guerra se inscreveu nos seus corpos e nas suas memórias.<sup>8</sup> Relativamente aos DFA, tudo se passa numa contradição entre o “excesso de memória” destes ex-combatentes (na medida em que carregam as marcas biográficas, psicológicas e corpóreas da Guerra Colonial) e o manifesto silêncio da sociedade portuguesa face a um tão significativo conflito. Assim, a fim de entendermos cabalmente este desencontro, convém perceber alguns fatores e conjunturas que potenciaram o ativo de apagamento da memória Guerra Colonial da memória social portuguesa.

Em primeiro lugar, importa perceber que o Movimento das Forças Armadas, responsável pela revolução, nasce do descontentamento de oficiais de patente intermédia em relação à guerra. Ou seja, o poder que se estabelece no 25 de Abril é fortemente marcado pela presença

---

<sup>8</sup> A guerra impõe com particular prevalência nos combatentes o surgimento deferido de memórias disruptivas, próximas daquilo que a nosologia paulatinamente veio a reconhecer como “Transtornos/Desordens/Distúrbios de Stress Pós-Traumático” (DSPT). O DSPT só ganhou estatuto nosológico oficial em 1980, na terceira edição do DSM-III. Em Portugal, só a partir de 1986 é que, progressivamente, os diagnósticos de DSPT se estabeleceram na análise das desordens de alguns combatentes (Quintais, 2000; Albuquerque e Lopes, 1994)

de militares que, a despeito das suas posições críticas – corporativas ou políticas – em relação à guerra, foram parte ativa no esforço de guerra. Assim, o tema da guerra implicava os mesmos agentes que se tornaram responsáveis pela revolução e que assumiram inequívoco protagonismo na transição democrática. Se ao regime ditatorial cabe, inequivocamente, a responsabilidade política pela assunção de guerra, o regime democrático nasce pela mão de um movimento de militares que, tendo estado implicados na guerra, estavam longe de a poder ver de um modo inteiramente distanciado.

Em segundo lugar, sendo verdade que a evocação condenatória da guerra estava estrangida pelas figuras que protagonizaram a mudança de regime, pouco espaço haveria para a sua evocação através da reivindicação heroica. Vários fatores explicam este facto, a saber: a noção de que, mesmo do ponto de vista estratégico-militar, se tratou uma guerra perdida<sup>9</sup> (ou, pelo menos, que não poderia ser ganha);<sup>10</sup> a deposição dos poderes políticos que sustentaram a bondade patriótica da guerra; e a condenação internacional de uma guerra que, no seu esforço de deter a vaga de descolonizações, percebidas como inevitáveis, se veio conceber, quase consensualmente, como absurda e anacrónica. Portanto, a “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) que em Portugal se constituiu após o 25 de Abril extirpou a guerra do seu passado, não obstante ser um facto recente com enorme impacto ou, se quisermos, talvez exatamente por causa da magnitude do impacto traumático que dela resultou.

Paul Ricoeur exprime bem o desafio que o testemunho coloca conquanto nos remete para “testemunhas históricas” cuja capacidade de demover os lugares comuns – acerca da sociedade e do seu passado – muitas vezes corresponde à solidão da memória:

[...] em última análise, o nível elementar da segurança da linguagem numa sociedade depende da confiabilidade, e portanto na prova biográfica de cada

---

<sup>9</sup> Facto mais flagrante em Moçambique e na Guiné-Bissau do que em Angola.

<sup>10</sup> Como afirma John Cann, a guerra não poderia ter sido ganha militarmente dado que “a posição de Portugal em África era insustentável desde o início” (2005, p. 213).

testemunha, caso a caso. É contra este fundo de suposta confiança que emerge, tragicamente, a solidão das “testemunhas históricas” cuja experiências extraordinárias dificultam a capacidade para uma compreensão habitual e ordinária. Mas existem também testemunhas que nunca encontram uma audiência capaz de as ouvir ou de escutar o que têm a dizer. (Ricoeur, 2004: 167)

A solidão das testemunhas, neste caso, resulta do modo como o silenciamento da guerra produz como “extraordinárias” as experiências – afinal tão comuns – daqueles cujas biografias ficaram marcadas pelo irremediável da guerra. Mais do que a confiabilidade, o que aqui avulta é, pois, a falta de interlocutores que validem as violências impostas pela guerra. A possibilidade de partilha do trauma e da violência é, assim, um elemento essencial para a ressignificação do sujeito isolado pelo excesso de memória:

O trauma partilhado por uma comunidade inteira cria um espaço público potencial para reenunciação. Se uma comunidade concorda que os eventos traumáticos aconteceram e incorpora este facto na sua identidade, então a memória coletiva sobrevive e a memória individual pode encontrar um lugar (ainda que transformado) dentro dessa paisagem. (Kirmayer, 1996, p. 189-190)

Estamos perante a busca de hospitalidade à memória e ao reconhecimento das identidades passíveis de se afirmarem dentro de uma comunidade, numa transformação recursiva entre sujeito e narrativa social:

O espaço social ocupado por histórias de populações marcadas por feridas pode permitir que se quebrem os códigos culturais rotineiros veiculando contradiscursos que ponham em causa os significados adquiridos acerca de como as coisas são. Dessas histórias desesperadas e subjugadas pode bem surgir o apelo que altere os lugares comuns – tanto ao nível da experiência coletiva como da subjetividade individual. (Das e Kleinman, 2001, p. 21)

A memória da Guerra Colonial constitui um espectro que assola, ainda, a sociedade portuguesa. Para as representações hegemónicas

sobre o Portugal pós-imperial os DFA constituem algo de uma presença fantasmática, corpos estranhos à narrativa social dominante cujas vozes remetem para um tempo, radicalmente inscrito no passado ou determinado como não existente.

Para os DFA, a deficiência emerge como o segundo fator na produção de uma exterioridade em relação à sociedade portuguesa. Conforme fica patente nos diversos relatos sobre o regresso a Portugal e sobre a busca de itinerários de inclusão social, os Deficientes das Forças Armadas, não obstante algumas garantias que foram conquistadas na legislação compensatória, confrontaram-se e confrontam-se com a fortíssima discriminação social a que as pessoas com deficiência estão expostas na nossa sociedade. Assim, mesmo após uma reconstrução pessoal e coletiva em que a difícil herança da guerra é assumida como parte de percurso a ser empreendido, permanece uma linha de desigualdade social que junta, excluindo, os DFA às demais pessoas com deficiência.

A luta assumida pelos Deficientes das Forças Armadas (DFA) entre 1974 e 1975, sob diversas formas – manifestações, tomada de espaços públicos, etc. –, granjeou à ADFA um reconhecimento público e político que se mostrou essencial tanto para a legislação que viria a ser promulgada para garantir reparações, como para a afirmação da ADFA enquanto um interlocutor merecedor da atenção do poder político. Como dizíamos, a luta dos DFA teve, sem dúvida, um importante efeito em muita da legislação e das estruturas de reabilitação que depois seriam alargadas às demais pessoas com deficiência. Esta associação detém hoje cerca de 14 mil associados e, além da representação política dos interesses dos DFA, dos direitos e reparações, presta serviços aos associados e suas famílias, fundamentalmente ao nível do apoio jurídico e administrativo, mas também na vertente médico-social. Devido à especificidade das reivindicações da ADFA, as suas conquistas e agendas não são inteiramente transponíveis para as demais pessoas com deficiência. Ou seja, o elevado poder reivindicativo da ADFA na defesa intransigente dos direitos dos DFA, seja pelo modo como historicamente soube dar prova da sua capacidade de mobilização, seja pela elevada dívida simbólica que as deficiências adquiridas ao serviço da nação colocam ao Estado, terá

feito mais pelas compensações atribuídas aos DFA do que, propriamente, por transformação social capaz de criar uma sociedade inclusiva para as pessoas com deficiência.

## **A história incorporada**

Quando nos debruçamos no modo como a guerra surge nas histórias dos DFA, confrontamo-nos com as múltiplas instâncias da violência: violências sofridas, violências testemunhadas ou perpetradas. Em relação à generalidade dos ex-combatentes, os testemunhos dos DFA têm de singular a invariável existência de um evento ou experiência que, engendrando uma deficiência, estabelece um antes e depois nas suas vidas. Nas histórias a que tivemos acesso, a experiência de um ferimento para quem o sofre surge, quase sempre, mediada ou antecipada pelo contacto com as experiências prévias de companheiros mutilados em combate:

Quando acordei apercebi-me que estava sem uma perna, fiquei 1 segundo ou 2 sob o efeito do sopro da explosão, mais nada do que isso, fiquei em estado de choque, obviamente, depois havia pessoas ligeiramente feridas, assim com estes estilhaços no rosto e tal, pela projeção da areia, era uma mina antipessoal se não também tinha desaparecido um ou outro. O helicóptero demorou pouco tempo a vir, diga-se, em abono da verdade, que a força aérea fez um trabalho exemplar lá e os helicópteros para as evacuações dos feridos demoravam muito pouco tempo, mesmo a dezenas de quilómetros, sempre com guerra a acontecer por todos os lados, um helicóptero ia lá passado não sei quantos minutos, a mim pareceu-me muito tempo, obviamente, mas bem vistas as coisas foi rapidamente. E não há mais nada a contar, quer dizer foi assim, uma mina que rebentou, é uma coisa traiçoeira, absolutamente estúpida, uma coisa de que nós não nos apercebemos de nada, apagamos simplesmente e acordamos para uma realidade, bom essa bastante chocante, que é ver uma perna como um osso de um frango cozido com o osso à vista, com a perna em tiras de pele e de carne e não sei quê, é uma visão horrorosa, à qual nós já nos tínhamos habituado. Já tinha visto, por antecipação já sabia como é

que as minhas pernas iam ficar, de uma pessoa que pisa uma mina, é um terror absoluto apesar de nós sabermos que corremos esse perigo diariamente mas para podermos sobreviver a gente ultrapassa e tem que ultrapassar esse medo. (Heitor, entrevista pessoal)

Na gramática da violência a que os combatentes estiveram sujeitos durante a guerra, os momentos que inscrevem a deficiência nas suas vidas não são, em si, necessariamente, excepcionais. O convívio com corpos de companheiros mutilados, com o medo do rebentamento de uma mina antipessoal ou com a incerteza das emboscadas, de algum modo trivializava os episódios que puderam suscitar marcas irreversíveis. No entanto, o facto de essa violência se inscrever de forma definitiva no próprio corpo, como inapagável marca da existência, carrega, do ponto de vista da experiência vivida e da biografia, uma singularidade que é, em larga medida, aquela que se liga à incomensurabilidade – ou difícil comunicabilidade – da experiência incorporada (French, 1994). As implicações da deficiência não são separáveis dos quadros culturais e lógicas de poder em vigor nas diferentes sociedades (Ingstad e Whyte, 1995; Martins, 2013), no entanto, tal não nega o quanto a guerra trouxe para muitos dos DFA, por via de ferimentos ou de memórias disruptivas, transformações transgressoras – corpóreas, ontológicas, fenomenológicas) que largamente transcendem as possibilidades de “restituição” social.

Estamos, pois, em face de realidades que fogem às apreensões discursivas e onde o corpo vivido assoma com incontornável vigor. A esta dimensão do sofrimento pessoal, eminentemente corporal, não totalmente apreensível na sua relação com elementos sociais, chamamos “angústia da transgressão corporal” (Martins, 2006; 2008). A angústia da transgressão corporal refere-se à vulnerabilidade na existência dada por um corpo que nos falha, que transgride as nossas referências na existência, as nossas referências no modo de ser-no-mundo. Assim entendida, a angústia da transgressão corporal concita-nos a reconhecer dimensões de dor, sofrimento e ansiedade existencial onde, contra sedimentada negligência, o corpo vivido, o conhecimento incorporado e as emoções adquirem estatuto nobre nas reflexões socioantropológicas.

Centrando-se nos eventos que causaram a deficiência nas longínquas frentes de combate, os DFA apresentam-se, mormente, como vítimas da história: instrumentos de uma guerra cujos termos raramente percebiam e cuja justiça, hoje, poucos subscrevem.<sup>11</sup> Pesem embora as diferentes visões políticas sobre a guerra que constituem o universo dos Deficientes das Forças Armadas, pese embora a incipiente posição crítica que tendeu a marcar a hora da partida dos jovens combatentes, é lícito dizer que o universo dos Deficientes das Forças Armadas é dominado por um posicionamento de condenação da guerra. Tal quadro deve-se, como acima referimos, a alguns fatores que nalguns casos se cumularam: deve-se à perspetiva histórica forjada seja pelo 25 de Abril, seja pelo reconhecimento que um pouco por todo o mundo veio a sancionar a legitimidade da senda anticolonial pela autodeterminação dos povos; deve-se ao confronto pessoal com a violência da guerra e iniquidade do colonialismo; deve-se ao modo como a deficiência adquirida exacerbou a noção de uma guerra sem sentido ou o sentimento de força descartável; deve-se, igualmente, como veremos à frente, ao modo como a própria AFDA se veio a estabelecer politicamente contra uma narrativa de celebração heroica, bem patente no mote que viria a ser consagrado: “A Força Justa das Vítimas de uma Guerra Injusta!”.

No entanto, atentando às muitas formas de aparição da violência nas experiências e narrativas que nos foram sendo confiadas, logo percebemos a insustentabilidade de uma narrativa que configure os DFA como meras vítimas. São, muitas vezes, cumulativamente vítimas, perpetradores e testemunhas de violência. São vítimas da guerra no sentido em que nela adquiriram deficiência, no sentido em que muitos lutaram um combate que nunca sentiram como seu, mas são vítimas paradoxais: porque foram

---

<sup>11</sup> O distanciamento em relação à justeza da guerra exprime tanto o desconhecimento ou a incipiente formação política com que muitos dos DFA foram enviados para a guerra, como exprimirá, igualmente, um processo posterior de renúncia a causas patrióticas anteriormente abraçadas: pelo impacto do sentimento de abandono e injustiça que se seguiu à deficiência; pelo modo como a ADFA se constitui com base numa ideologia, amplamente dominante, de uma condenação da guerra; e pelo efeito da queda do regime ditatorial e dos seus “regimes de verdade”.

parte de um exército imperialista, e porque muitas das suas histórias retratam-nos, igualmente, como perpetradores de violências.

## **Conclusão**

Mas é preciso ir mais longe e pensar também a hospitalidade para com a morte. Não há hospitalidade sem memória. Ora uma memória que não se lembre do morto e do mortal não é uma memória. Que seria uma hospitalidade que não estivesse pronta a oferecer-se ao morto, à re-aparição (*revenant*)? (Derrida, 1997, p. 29).

Recuperando, o filósofo checo Jan Patočka, Jacques Derrida (1997) define a hospitalidade como a abertura ao que abala. Jacques Derrida fala, ainda, de como cada hegemonia vive assombrada por espectros, fantasmas ameaçam o presente ameaçando fazer parte do futuro (Derrida, 2006). Experiências como a guerra muitas vezes confrontam-nos com um vazio de sentido que abala as formas costumeiras de viver, assim a hospitalidade assume um sentido não benemérito, mas de um desafio que nos convoca para a radical experiência da escuta à voz do outro. A memória da Guerra Colonial constitui um espectro que assola, ainda, a sociedade portuguesa. Para as representações hegemónicas os DFA constituem algo de uma presença fantasmática, corpos estranhos à narrativa social dominante. No entanto, seria errado supor que as suas histórias ficam indelevelmente marcadas e fechadas numa “narrativa da tragédia pessoal” (Oliver, 1990). O confronto com as suas vozes obriga igualmente a reconhecer narrativas de resistência, itinerários que se têm debatido contra a exclusão e contra a invisibilidade:

Para uma etnografia da experiência o desafio é descrever a elaboração processual da exposição, da resistência, do suporte da dor (ou perda ou outra tribulação) no fluxo vital dos engajamentos intersubjetivos num mundo local particular (Kleinman, 1992, p. 191).

Tanto as histórias pessoais de luta contra a adversidade, como o lugar importante que a ADFA adquiriu na sociedade portuguesa, revelam a importância de percebermos as suas narrativas como resistências situadas.

Importa pois que entre a memória individual se construa uma validação mútua, porque se é verdade que as experiências individuais alargam os idiomas, alargando o que pode ser dito, a disponibilidade dos quadros culturais para a escuta cria, também, um espaço para que os indivíduos acedam ao seu próprio passado (Kirmayer, 1996). No caso da guerra, dadas as dimensões traumáticas que acarreta a necessidade de validação mútua, isto é decisivo:

O trauma partilhado por uma comunidade inteira cria um espaço público potencial para reenunciação [*retelling*]. Se uma comunidade concorda que os eventos traumáticos aconteceram e incorpora este facto na sua identidade, então a memória coletiva sobrevive e a memória individual pode encontrar um lugar (ainda que transformado) dentro dessa paisagem (ibidem, p. 190; minha tradução)

Se, como diz Paul Ricoeur, os testemunhos são o nosso mais fiel memorando de que o passado existiu (2004, p. 147), as histórias subjulgadas dos Deficientes das Forças Armadas, veteranos da Guerra Colonial, colocam o presente em diálogo com uma história de violência e com a necessidade de superar a violência do silenciamento.

## Referências bibliográficas

- ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas (1999), *ADFA 25 anos: 1974-1999*. Lisboa: Associação dos Deficientes das Forças Armadas.
- ALBUQUERQUE, Afonso; LOPES, Fani – “Características de um grupo de 120 combatentes da guerra colonial vítimas de stress de guerra”, *Vértice*, 58, 1994. p. 28-32.
- ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

- ANTUNES, José Freire – *A Guerra de África: 1961-1974, 2 vol.* Lisboa: Temas e Debates, 1996.
- BARKAN, Elazar – *The Guilt of Nations: Restitution and Negotiating Historical Injustices.* New York: Norton, 2001.
- BARNES, Colin – “What a Difference a Decade Makes: Reflections on Doing ‘Emancipatory’ Disability Research”, *Disability & Society*, 18(1), 2003. p. 3-17.
- CANN, John – *Contra-subversão em África: como os portugueses fizeram a guerra em África.* Tradução de Renato Pinto. Lisboa: Prefácio, 2005.
- CASTELO, Cláudia – *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974).* Porto: Afrontamento, 2007.
- COELHO, João Paulo Borges – “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das Guerras Coloniais nas ex-colónias portuguesas”, *Lusotopie*, 2003. p. 175-193.
- CONNERTON, Paul – *How Societies Remember.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur – “Introduction”, in Arthur Kleinman; Veena Das; Margaret Lock; Mamphela Ramphele; Pamela Reynolds (orgs.), *Remaking a World: Violence, Social Suffering and Recovery.* Berkeley: University of California Press, 2001. p. 1-30.
- DERRIDA, Jacques – *Da Hospitalidade.* Viseu: Palimage, 1997.
- FRENCH, Lindsay – “The Political Economy of Injury on the Thai-Cambodia Border”, in Thomas Csordas (org.), *Embodiment and Experience: The Existential Ground of Culture and Self.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FONTES, Fernando – “Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 2009. p. 73-93.
- GOMES, Carlos de Matos – “A africanização na Guerra Colonial e as suas sequelas. Tropas locais – Os vilões nos ventos da História”, in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados.* Coimbra: Almedina, 2013. p. 123-142.
- HACKING, Ian – “Memory Sciences, Memory Politics”, in Paul Antze; Michael Lambek (orgs.), *Tense past : cultural essays in trauma and memory.* New York: Routledge, 1996.

- HAWN, Harlan – “Debates and Political Advocacy: The US Disability Movement”, *in* Mike Oliver; Len Barton (orgs.), *Disability Studies Today*. Cambridge: Polity Press, 2002. p. 162-189.
- KIRMAYER, Laurence – “Landscapes of Memory: Trauma, Narrative, and Dissociation”, *in* Paul Antze; Michael Lambek (orgs.), *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*. New York: Routledge, 1996. p. 173-198.
- INGSTAD, Benedict; WHYTE, Susan (orgs.) – *Disability and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- LACAPRA, Dominick – *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- LOURENÇO, Eduardo – *Do colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 163-177.
- BLOCH, Marc – *The historian’s craft*. Manchester: Manchester University, 2010.
- MARTINS, Bruno Sena – *E se eu fosse cego: narrativas silenciadas da deficiência*. Porto: Afrontamento, 2006.
- MARTINS, Bruno Sena – “The Suffering Body in the Cultural Representations of Disability: The Anguish of Corporal Transgression”, *in* Thomas Campbell; Fernando Fontes; Armineh Soorenian; Chris Till (orgs.), *Disability Studies: Emerging Insights and Perspectives*. Leeds: The Disability Press, 2008. p. 93-107.
- MARTINS, Bruno Sena – *Sentido Sul: a cegueira no espírito do lugar*. Coimbra: Almedina.
- MAURÍCIO, Jorge – “A Guerra Colonial, os Deficientes das Forças Armadas e a ADFa”, *Vértice*, 58, 2013, 1994. p.94- 25-27.
- MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina Antunes – “Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa”, *in* Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina: 59-107.
- OLIVER, Michael – *The Politics of Disablement*. Houndmills: The Macmillan Press, 1990.
- QUINTAIS, Luís – *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*. Lisboa: ICS, 2000.
- RICOEUR, Paul – *Memory, History, Forgetting*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

- SANTOS, Boaventura de Sousa – “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 2007. p. 3-46.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Pela Mão De Alice: O Social e o Político Na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – “Prefácio”, in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Epistemologies of the South: Justice against Epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado – “Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal”, *South European Society & Politics*, 9(2), 2014. p. 1-15.
- SCHUTZ, Alfred – *On Phenomenology and Social Relations; Selected Writings*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- STOLER, Ann Laura – “Imperial Debris: Reflections on ruins and ruination”, *Cultural Anthropology*, 23(2), 2008. p. 191-219.
- TURNER, Victor – *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- WALLERSTEIN, Immanuel – *The Modern World-System / [Vol.1]*. Nova Iorque: Academic Press, 1974.
- YOUNG, Robert – *Postcolonialism: an Historical Introduction*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.